Brasil, Europa e a Disputa pelo Futuro da Democracia

Brasil, Europa y la Disputa por el Futuro de la Democracia

Brazil, Europe, and the Struggle for the Future of Democracy

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo: Para Freire, a vitória de Lula reforça a relevância do Brasil na defesa da democracia, do multilateralismo e na geopolítica global, além de fortalecer as relações com a União Europeia. Na Europa, protestos motivados pelo custo de vida, pela crise habitacional e pela precariedade dos serviços públicos evidenciam a insatisfação social e o desgaste dos governos centristas. As guerras, a crise energética e o aumento dos gastos militares agravam esse cenário. O principal desafio é conciliar segurança, proteção social e estabilidade política, evitando que o descontentamento amplie a polarização e fortaleça forças antissistema.

Palavras-chave: União Europeia; Eleições brasileiras 2026; Democracia; Manifestações na Europa.

***Resumen**: La victoria de Lula refuerza el papel de Brasil en la defensa de la democracia y el multilateralismo, así como su posición en la geopolítica mundial, y fortalece las relaciones con la Unión Europea. En Europa, las protestas motivadas por el costo de vida, la crisis de la vivienda y la precariedad de los servicios públicos reflejan el creciente descontento social y el desgaste de los gobiernos centristas. Las guerras, la crisis energética y el aumento del gasto militar agravan aún más esta situación. El principal desafío consiste en conciliar la seguridad, la protección social y la estabilidad política, evitando que el descontento popular profundice la polarización y fortalezca a las fuerzas antisistema.*

***Palabras clave:** Unión Europea; Elecciones brasileñas de 2026; Democracia; Manifestaciones en Europa.*

***Abstract:** Lula's victory reinforces Brazil's role in defending democracy, multilateralism, and its position in global geopolitics, while strengthening relations with the European Union. In Europe, protests driven by the cost of living, the housing crisis, and inadequate public services reveal growing social discontent and the weakening of centrist governments. Wars, the energy crisis, and increased military spending further aggravate this situation. The main challenge is to reconcile security, social protection, and political stability, preventing public dissatisfaction from deepening polarization and strengthening anti-establishment forces.*

***Keywords:** European Union; 2026 Brazilian elections; Democracy; Protests in Europe.*

Apesar deste informe ser dedicado à Europa, o assunto da quinzena é a vitória da democracia e da soberania brasileiras, que guarda grande potencial de impacto na geopolítica global. As eleições brasileiras foram acompanhadas de perto pelo mundo inteiro, que percebe ser possível derrotar o fascismo e conter o avanço da extrema direita. O Brasil era uma importante peça faltante no plano de Donald Trump de dominar a América Latina,

transformando-a em quintal dos EUA. No entanto, o país respondeu nas urnas que é a maior democracia do mundo, se consolidando como verdadeiro bastião da democracia.

Temos acompanhado a evolução do plano de segurança de Donald Trump para as Américas e o consequente aumento de governos extremistas de direita na região da América Latina, sempre com disputas acirradas. Foi assim no Peru, na Colômbia, no Chile, na Costa Rica, em Honduras e no Equador. Não é possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre o retorno de Trump e a expressiva ascensão de governos conservadores em nosso continente. No entanto, não faltaram acusações de interferência estadunidense no processo eleitoral brasileiro, inclusive por parte de congressistas dos EUA. A vitória de Lula na América Latina é a primeira desde que Trump voltou ao poder e conteve a onda conservadora laranja no continente. Muitos dos governos conservadores acima citados já reconheceram a eleição de Lula e o parabenizaram, colocando-se à disposição para prosseguir com as cooperações bilaterais.

Para a Europa, a vitória de Lula é um alívio e um sinal. Um sinal esperançoso e estrondoso de que a extrema direita pode ser contida. Um alívio por saber que o Brasil segue firme no multilateralismo, na defesa da democracia e dos direitos humanos — o Brasil segue firme na ONU e, em especial, na OMS. Os europeus rapidamente reconheceram o resultado das urnas brasileiras, com entusiasmo diplomático e alívio político, especialmente por parte das instituições da União Europeia. A vitória foi interpretada sob as perspectivas democrática, geopolítica, econômica e ambiental.

Úrsula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, disse que a democracia e o multilateralismo venceram no Brasil, revelando um significado que ultrapassa a política doméstica brasileira e alcança a visão do Brasil como um parceiro importante na defesa de instituições multilaterais, do comércio internacional e da cooperação climática. A declaração traz uma dimensão pragmática: a UE busca parceiros confiáveis em um cenário de tensões comerciais e de questionamentos à ordem internacional. Antônio Costa, presidente do Conselho Europeu, ligou para Lula, afirmando querer seguir trabalhando em parceria com o Brasil para enfrentar os desafios globais e construir um mundo mais próspero e pacífico.

Emmanuel Macron, presidente francês defendeu o fortalecimento da parceria estratégica e a amizade entre os dois países para construir um mundo mais justo. Em Portugal, Luis Montenegro destacou os vínculos entre os dois países e a importância da cooperação. Friederich Merz, primeiro-ministro alemão, também focou sua mensagem no aprofundamento das relações bilaterais. O primeiro-ministro espanhol Pedro Sanchez, que convocou antecipação das eleições espanholas para novembro, em meio a uma nova crise, afirmou que a Espanha vai repetir o feito brasileiro e que “a retomada do progressismo global acaba de começar”. A declaração de Sanchez procurou apresentar a vitória de Lula como um sinal de que o avanço eleitoral da extrema direita é evitável.

A reação europeia demonstra que a eleição brasileira foi interpretada simultaneamente como um acontecimento democrático nacional e como um evento com repercussões internacionais. Para a UE, em particular, a reeleição de Lula representa a continuidade de uma importante parceria estratégica nas áreas de comércio, clima e governança global. A mensagem de von der Leyen não deixa dúvida: ao associar a vitória de Lula à democracia e ao multilateralismo, ela sintetiza a expectativa europeia de que o Brasil continue sendo um parceiro relevante na defesa de uma ordem internacional baseada em regras.

Como vimos observando, a Europa atravessa um período de profundas transformações políticas e geopolíticas. Movimentos independentistas dentro do Reino Unido, a vitória histórica da esquerda em Berlim, o avanço da extrema direita em partes da Alemanha e da França, a aproximação entre Canadá e União Europeia, a discussão sobre o fim do veto na política externa europeia e a crescente disputa pelo Ártico revelam um continente em processo de reacomodação. Ao mesmo tempo, a guerra na Ucrânia continua a produzir efeitos que ultrapassam as fronteiras do conflito, enquanto Rússia, Estados Unidos, China e países europeus disputam influência sobre segurança, energia, comércio, tecnologia e recursos estratégicos.

É com este pano de fundo, que assistimos às grandes manifestações que vêm ocorrendo no outono europeu. Elas têm como causa principal o agravamento do custo de vida, a crise habitacional, a insatisfação com os serviços públicos e o aumento da insegurança econômica, sobretudo entre os jovens e as classes trabalhadoras. Embora os protestos estejam acontecendo simultaneamente em vários países, eles não constituem um movimento único: cada país tem reivindicações específicas, que se conectam a um sentimento mais amplo de insatisfação social e política.

Os preços dos alimentos, da energia, dos combustíveis e de outros bens essenciais, pressionam os orçamentos familiares, enquanto os salários não acompanham o aumento das despesas. Para quem tem alta dependência energética, a situação só se agravou com a alta dos preços internacionais do petróleo (associada à guerra envolvendo EUA, Israel e Irã) e com alta do preço do gás (consequência da guerra na Ucrânia). A dificuldade de acesso à moradia é outro elemento central, especialmente para os jovens e as famílias de baixa renda. Este é um problema que afeta, em especial, Portugal e Espanha, ainda que atinja outros países europeus. A insatisfação com a educação e serviços públicos também é pauta dos protestos. Em vários países, estudantes, professores e famílias protestam contra a falta de investimentos na educação, a precariedade de instalações escolares, a escassez de professores e o aumento dos custos de formação.

Na França, as manifestações estudantis começaram no final de setembro, motivadas por problemas como a falta de docentes, as condições precárias de algumas escolas e as dificuldades no sistema de ingresso nas universidades. Na Grécia, milhares de estudantes foram as ruas para exigir mais recursos para as escolas, melhores instalações e turmas menores. Na Bélgica e na Itália, estudantes também se mobilizaram contra problemas semelhantes, associando as reivindicações educacionais ao aumento do custo de vida.

Nesta pauta, a Sérvia merece destaque, por vivenciar uma histórica virada política: depois de quase dois anos de protestos liderados por estudantes contra a corrupção, um movimento apoiado pelos manifestantes venceu as eleições parlamentares de 2026, derrotando o partido do então presidentes Aleksandar Vučić. O país entra agora em uma fase de transição política, cujo desfecho dependerá da formação do novo governo. A mudança política na Sérvia também tem uma dimensão geopolítica importante, pois o país ocupa uma posição estratégica nos Balcãs Ocidentais e é candidato à adesão à UE. Ao mesmo tempo, mantém relações históricas, políticas, energéticas e culturais com a Russia. Durante seu governo, Vučić procurou preservar relações com Moscou, enquanto mantinha a perspectiva de integração europeia. Essa política de equilíbrio gerou tensões com a UE, particularmente em questões relacionadas à democracia, ao Estado de direito e ao alinhamento com a política externa europeia. O caso da Sérvia se distingue dos demais, pelo fato das mobilizações terem assumido um caráter predominantemente anticorrupção, democrático e de responsabilização política. A Sérvia

passou de uma onda de protestos contra a corrupção para uma mudança política histórica nas urnas.

Toda essa movimentação é particularmente importante, porque os protestos ocorrem em um contexto no qual vários governos europeus enfrentam dificuldades fiscais e procuram controlar os déficits públicos, o que intensifica o conflito entre a necessidade de conter as despesas estatais e a pressão social por mais investimentos em serviços públicos. Em diversos países, as manifestações ultrapassam reivindicações pontuais e expressam uma crise de confiança nas instituições políticas – o que é especialmente perigoso num cenário de polarização política e avanço de partidos de direita e extrema direita em diversos países europeus. Parte dos manifestantes considera que os governos não estão respondendo adequadamente às dificuldades econômicas e às necessidades da população. Também há críticas à distribuição dos recursos públicos, às prioridades orçamentárias e à capacidade dos partidos tradicionais oferecerem soluções concretas.

A este respeito, a The Economist publicou o editorial analítico "The agony of liberal Europe" (A agonia da Europa Liberal), analisando a crise política sob a ótica dos governos centristas europeus, que segundo a revista, perdem apoio popular diante da insatisfação econômica, da deterioração dos serviços públicos e da crescente polarização política. O subtítulo resume a tese central: os governantes centristas ficaram perigosamente aquém do esperado e agora estão pagando o preço. Partindo desta onda de protestos, argumenta-se que o centro político europeu está perdendo a capacidade de responder às expectativas da população.

Na parte final, o artigo amplia o argumento para o plano europeu e internacional, identificando três riscos principais: no âmbito da política interna, a derrota eleitoral dos partidos centristas, com fortalecimento das forças radicais; no âmbito econômico, a instabilidade financeira caso a desconfiança dos mercados em relação aos governos se agrave; e no âmbito geopolítico, o enfraquecimento da União Europeia e a redução de sua capacidade de responder à desafios externos. Este último ponto é particularmente importante. Na avaliação da revista, uma Europa politicamente fragmentada e absorvida por crises internas terá mais dificuldades para atuar como potência econômica e política num cenário internacional de competitividade acirrada.

A (perigosa) tese central do artigo é que a crise da Europa liberal não decorre apenas da ascensão da direita radical, mas também da incapacidade dos governos centristas de responder às demandas econômicas e sociais que alimentam o descontentamento popular. A revista considera que esses governos perderam parte de sua credibilidade porque não conseguem combinar crescimento econômico, proteção social e estabilidade política. Nesse contexto, as forças radicais encontram espaço para transformar a frustração dos eleitores em apoio político.

O artigo, no entanto, falha em desconsiderar a dimensão das guerras sobre o cenário econômico, social e político da Europa. O impacto das guerras sobre a economia não é considerado. A guerra na Ucrânia é mencionada ao se advertir que a perda da coesão europeia possa favorecer a Rússia, permitindo que Vladimir Putin adote uma postura ainda mais agressiva diante de uma UE fortalecida. A revista omite o recente e crescente aumento de gastos com defesa e segurança por parte do todos os países europeus, após uma pública pressão exercida por Donald Trump em conferência da Otan. Aqui cabe uma pergunta relevante: a quem interessa uma desestabilização social, política e econômica na Europa?

A dimensão geopolítica, que a matéria da The Economist não considera, não só importa, como é relevante. As guerras e suas consequências sobre crise energética europeia não podem ser desconsideradas. A guerra na Ucrânia levou ao rompimento do abastecimento da Europa com gás barato russo e os obrigou a importar GNL caro dos EUA. Por outro lado, a guerra envolvendo EUA, Israel e Irã, com perturbações no abastecimento internacional de petróleo, acrescentou pressão aos preços de energia e de combustíveis. Isso contribui para agravar dificuldades econômicas já existentes e intensificar a insatisfação popular. Também não se pode perder de vista o maciço investimento que os países europeus estão fazendo na indústria da guerra, drenando recursos de programas sociais para a pauta da defesa. O aumento dos gastos com segurança imposto por Donald Trump sob o manto da Otan, não pode ser desconsiderado neste contexto de turbulência social.

Do ponto de vista político, a questão central é saber se os governos vão conseguir transformar as manifestações em negociações e respostas concretas ou se a insatisfação continuará alimentando a polarização, a instabilidade governamental e o fortalecimento de forças políticas "antissistema".

Considerações finais

O cenário analisado nesta quinzena evidencia que a democracia, a soberania nacional e a capacidade de resposta dos governos às demandas sociais estão no centro das disputas políticas contemporâneas. A vitória de Lula no Brasil, a mobilização popular em diferentes países europeus e a mudança política na Sérvia demonstram, cada uma a seu modo, que os resultados eleitorais e os movimentos sociais continuam sendo instrumentos fundamentais de contestação e transformação política. Esses acontecimentos, entretanto, não apontam para uma direção única: enquanto representam oportunidades de fortalecimento democrático, também revelam a profundidade das tensões que atravessam as sociedades e as instituições políticas.

Na Europa, o agravamento do custo de vida, a crise habitacional, a precarização dos serviços públicos e a insatisfação com as prioridades orçamentárias expõem os limites dos modelos de governança adotados nos últimos anos. A perda de confiança nos partidos tradicionais não pode ser compreendida apenas como resultado do avanço da extrema direita, mas também como consequência da dificuldade dos governos em oferecer respostas concretas às necessidades da população. Quando as instituições democráticas deixam de ser percebidas como capazes de promover segurança econômica, justiça social e perspectivas de futuro, abre-se espaço para discursos autoritários e soluções simplificadoras que exploram o descontentamento popular.

Entretanto, atribuir essa crise exclusivamente a fatores domésticos significa ignorar a dimensão geopolítica que condiciona as decisões econômicas e políticas europeias. As guerras, a instabilidade dos mercados de energia, a reorganização das cadeias de abastecimento e a pressão pelo aumento dos gastos militares impõem custos crescentes às economias nacionais e restringem a margem de atuação dos governos. Nesse contexto, torna-se indispensável questionar a distribuição dos recursos públicos e as prioridades estratégicas da União Europeia: até que ponto o fortalecimento da defesa e da segurança pode ocorrer sem comprometer os investimentos sociais necessários à sustentação da coesão democrática? E quais interesses são favorecidos por uma Europa enfraquecida por divisões internas, dependências estratégicas e crises recorrentes?

Para o Brasil, esse cenário reforça a importância de preservar uma política externa autônoma, comprometida com o multilateralismo, a cooperação internacional e a defesa das instituições democráticas. A aproximação com a União Europeia representa uma oportunidade de aprofundar parcerias comerciais, ambientais, científicas e tecnológicas, mas também exige capacidade de negociação diante de interesses nem sempre convergentes. A soberania brasileira não se limita à independência formal do país: manifesta-se igualmente na capacidade de definir prioridades próprias, diversificar parcerias e participar ativamente da construção de respostas aos desafios globais.

Em última análise, a questão que conecta o Brasil à Europa é a capacidade das democracias de transformar a vontade popular em políticas públicas efetivas, sem abrir mão dos direitos fundamentais, da justiça social e da soberania. A defesa da democracia não se esgota nas urnas, assim como a estabilidade política não pode ser sustentada apenas pelo controle fiscal, pela segurança ou pelo crescimento econômico dissociado da distribuição de seus benefícios. É necessário reconstruir a confiança nas instituições por meio de respostas concretas às demandas sociais e de escolhas políticas transparentes, legítimas e socialmente responsáveis.

Os próximos desdobramentos dependerão, portanto, da capacidade dos governos de conciliar estabilidade econômica, proteção social e autonomia estratégica em um ambiente internacional cada vez mais conflituoso. Se as manifestações forem tratadas apenas como problemas de ordem pública, sem o enfrentamento de suas causas estruturais, a tendência será a ampliação da polarização e o fortalecimento de forças que questionam os próprios fundamentos da democracia liberal. Se, ao contrário, forem reconhecidas como expressão legítima de demandas por participação, direitos e melhores condições de vida, poderão abrir caminho para a renovação democrática. O desafio que se impõe à Europa, ao Brasil e à comunidade internacional é fazer com que a democracia seja mais do que um princípio institucional: que ela se traduza em soberania, dignidade, justiça social e capacidade efetiva de decidir os rumos do próprio futuro.